



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - INTERVENÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0018/18	DATA: 06/03/2018	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 19h24min	TÉRMINO: 21h02min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Reunião de trabalho.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções ininteligíveis.
A palavras ou expressões inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Boa noite a todos.

Mesmo tendo Ordem do Dia, vamos iniciar os trabalhos desta Comissão Externa.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Externa destinada a acompanhar o planejamento, a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro — CEXINTER, convocada para definição do roteiro de trabalho.

Informo que, por determinação da Presidência da Câmara dos Deputados, fui nomeado coordenador dos trabalhos da Comissão, tendo sido designada Relatora a ilustre Deputada Laura Carneiro.

Passo à leitura dos membros desta Comissão:

Deputados Altineu Côrtes, Aluisio Mendes, Cristiane Brasil, Deley, Ezequiel Teixeira, Julio Lopes, Luiz Carlos Ramos, Pedro Paulo, Simão Sessim, Soraya Santos, Zé Augusto Nalin, Alexandre Valle, Benedita da Silva, Chico d'Angelo, Felipe Bornier, Índio da Costa, Jandira Feghali, Luiz Sérgio, Marcelo Delaroli, Paulo Feijó, Wadih Damous, Alessandro Molon, Hugo Leal. JHC, Chico Alencar, Glauber Braga, Jean Wyllys, Luis Tibé e Laura Carneiro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Francisco Floriano está na relação também.

Antes de abrir o debate...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Está aqui também. Essa relação foi ampliada agora à tarde. Esta Comissão, na realidade, é a bancada do Rio de Janeiro, porque ninguém da bancada que ficar fora de uma discussão dessa natureza.

(Não Identificado.) - Mas não consta o meu nome aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, mas vamos iniciar os trabalhos?



Convido a Deputada Laura Carneiro para fazer a apresentação do seu trabalho.

Em seguida, vamos abrir para o debate. Nós temos aqui os consultores da Câmara dos Deputados que acompanharão os trabalhos desta Comissão Externa — vou apresentá-los — e também a responsável pelo Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro — OLERJ, Andrea, que falará em momento oportuno.

Então, passo a palavra de imediato à Relatora, para fazer uma primeira discussão sobre o plano de trabalho da Comissão Externa destinada a acompanhar a intervenção federal na segurança pública.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Hoje à tarde o Presidente Hugo me pediu que fizesse uma lista na tentativa de iniciar um plano de trabalho. É óbvio que a ampliaremos, mas a ideia é ouvir primeiro o General Braga Netto. Se não sabemos do plano, não temos o que fiscalizar.

Então, em primeiro lugar, pedi uma audiência com o General Braga Netto, o interventor federal; e com o General Richard Nunes, o novo Secretário de Segurança. Também não adianta ouvirmos um sem ouvirmos o outro. A ideia era fazer uma audiência com os dois.

Outra ideia seria irmos ao Tribunal de Contas. Ele já aprovou, em sua plenária, na semana passada, um processo de acompanhamento dos recursos federais que estão sendo usados na intervenção. Então, se quisermos ter a informação real do que está sendo usado oficialmente pela União na intervenção, no que diz respeito aos recursos, temos que ir lá. Assim, não teríamos nenhuma dúvida, porque eles só fazem isso.

Eu acho que o tema da garantia de direitos é importante. É claro que há vários fóruns, e podemos acoplar essa lista a quantos fóruns forem necessários — a Deputada Jandira já sugeriu isso aqui informalmente —, mas acho que basicamente não podemos deixar de ir nem ao fórum de acompanhamento que foi criado pela Ordem dos Advogados do Brasil nem ao que foi criado pela Defensoria Pública da União, no Rio de Janeiro, para o acompanhamento desses trabalhos.

Depois, eu listei quatro Ministérios que acho que são os mais importantes para nós na intervenção: primeiro, o Extraordinário da Segurança Pública, até



porque temos o pós 31 de dezembro de 2018; o dos Direitos Humanos, que agora virou Ministério, ou é Secretaria — enfim, o importante é que conversemos com o pessoal de direitos humanos —; o do Desenvolvimento Social, porque, no meu entendimento, de alguma maneira, há de haver algumas ações sociais que se incorporem a esse trabalho, sob pena de não ter nenhum efeito futuro; e o do Planejamento, para sabermos o que vai acontecer. Depois do Ministério do Planejamento, sabendo o que estão pensando para os recursos da intervenção, é preciso saber o que a Fazenda vai dizer sobre isso, porque também não adianta o Planejamento sonhar e a Fazenda dizer que não tem, ou o contrário.

É claro que é necessário fazer uma reunião com os técnicos, e o Presidente até já adiantou isso. A ideia era que pudéssemos, numa reunião de trabalho mesmo, sentar com vocês e não só acompanhar pelo *site*, mas influenciar o modo como vão ser adotados os dados do observatório, até porque todos aqui têm a mesma experiência de rua no Rio de Janeiro, todo mundo conhece tudo.

E não podemos deixar de dizer que já existe uma Comissão formada no Senado. Então, minimamente, temos que comunicar a existência da nossa Comissão e tentar trabalhar em conjunto, porque não faz sentido o General Braga Netto fazer reunião com três ou quatro Senadores e, depois, conosco também. Eu acho que se pudermos nos unir, Senado e Câmara, seria mais inteligente, mas uma coisa não depende da outra. Nós podemos fazer sem eles, mas acho que tem que haver um mínimo de diálogo, afinal todos somos do Congresso Nacional.

Basicamente, sugiro que eu tenha até o dia 1º de dezembro para apresentar o relatório, e que o votemos até o dia 10 de dezembro, porque, depois disso, acabará a Comissão, e não podemos ficar sem um final.

Então, isso é o que cabe num chamado plano de trabalho preliminar. Essas são as sugestões, mas, claro, vamos complementando com as que forem levantadas aqui hoje. Não há nenhum problema para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Todos têm o plano de trabalho?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem não tem? (*Pausa.*) O Deputado Ezequiel Teixeira não tem porque chegou depois, e o Deputado Marcelo, porque está chegando agora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Como a Comissão Externa está se instalando hoje, entendi que era urgente e necessário fazermos esta reunião já para dar início aos nossos trabalhos. A Deputada Laura se prontificou de imediato a apresentar esse plano preliminar.

Agora estão abertas as inscrições para os Deputados se inscreverem e se manifestarem, a fim de colhermos sugestões e opiniões sobre o trabalho da Comissão.

Deputada Jandira Feghali, V.Exa. deseja falar? Pode falar, porque depois abrirei a palavra novamente para V.Exa. Não tem problema nenhum.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu acho que a Deputada Laura tentou aqui abranger, num primeiro momento, busca de informação, porque a Comissão Externa, na minha opinião, tem dois papéis fundamentais, sendo o primeiro deles buscar informação para fazer esse acompanhamento. Na verdade, esta é uma comissão de acompanhamento para ver como essa intervenção vai funcionar, porque, até o momento, não temos qualquer informação de planos, metas, medidas interventivas, providências.

Depois de se fazer um decreto genérico, não temos, até o momento, a apresentação de nenhum plano da intervenção — nem nós do Parlamento brasileiro nem a sociedade fluminense. Ninguém sabe exatamente o que é a intervenção, o que ela vai fazer, suas metas, seus objetivos e suas medidas. Então, isso é uma coisa complicada, grave. Não sabemos até agora qual é o plano.

O papel desta Comissão é buscar a informação para o Parlamento e disponibilizar isso para a sociedade, na medida em que a representamos. Então, é correto que essas audiências aconteçam para que busquemos essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Essas audiências prévias são exatamente para buscarmos as informações.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas há também a necessidade de ouvirmos as dúvidas da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, é claro. Nosso papel é esse.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Buscamos a informação oficial, mas também temos de ouvir o lado que nos demanda. Precisamos também ouvir as



angústias, dúvidas e preocupações da sociedade, que está do outro lado e é quem representamos.

Já foram constituídos alguns fóruns os quais acho que precisaríamos ouvir. Há um fórum que hoje organiza um conjunto de entidades de favelas, entidades de juristas, entidades da sociedade civil, que já chegam a 50. Essas entidades se unificaram e hoje esse fórum está sediado no espaço da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro — CAARJ.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. sabe o nome do fórum?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eles estão constituindo uma Comissão Popular da Verdade, mas é um fórum de entidades. Eles têm inclusive uma reunião programada para o dia 21 de março, mas podemos fazer contato para marcar uma conversa com esta Comissão Externa. Posso, inclusive, colocá-los em contato com o coordenador da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deputada Jandira, acho tudo isso importante. Temos que monitorar, temos que participar, temos que ouvir, mas, antes de ouvir a angústia dos outros, temos que demonstrar a nossa angústia.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mas como essa reunião formal é dia 21 de março, é importante que possamos ouvir essa demanda, até porque, é bom que no contato com o General já levemos as dúvidas deles. Também temos que tirar as dúvidas a partir dessas informações.

De qualquer maneira, a sequência é uma dinâmica que a Comissão pode avaliar. Eu só acho que precisamos ouvir essas entidades.

Ontem eu participei de uma reunião na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os reitores também estão constituindo um fórum das universidades, porque várias delas, como a Universidade Federal Fluminense — UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ e Universidade Candido Mendes, também têm seus núcleos de pesquisa, seus especialistas em violência e segurança pública. Na Candido Mendes, tem o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania — CESEC. Na UFRJ, tem o Michel Misse. Há diversos especialistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Na UFF também tem.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Tem a Jacqueline Muniz, na UFF. Então, existe uma série de núcleos de análise de segurança pública, e eles estão



constituindo o fórum das universidades, que também ia buscar um contato com o General Braga Neto. Então, esta Comissão pode também ser a ponte para esse fórum.

Quem estava coordenando o fórum ontem era o reitor da UFRJ, Roberto Leher. Eu estava na mesa inclusive em nome do Parlamento, enquanto não existia a Comissão. E eles pediram informações a respeito do OLERJ e da criação ou não da Comissão Externa. Disseram ainda que queriam contato com a Comissão Externa assim que ela fosse instalada. Então, é importante que a Comissão Externa faça contato com o fórum de entidades e com o fórum das universidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu só quero lembrar aos Deputados que chegaram posteriormente que há registro de painel. Então, por favor, peço aos Deputados que não fizeram registro de painel que o façam. A criação da Comissão Externa é um ato formal da Presidência, não se trata só de uma reunião da bancada. Os membros têm que fazer registro no painel, por favor. Isso pode ser feito da própria mesa.

Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva. As mulheres têm preferência.
(Pausa.)

Deputada Jandira, V.Exa. já encerrou?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas ressalto que não é só a Defensoria Pública da União. Estão atuando juntos a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Posso só fazer um registro? Eles estão juntos, mas na verdade, coloquei assim porque senão teríamos de colocar a Comissão da ALERJ, que está montada...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei. Foi por isso que eu coloquei "da União".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - A mesma coisa acontece com a AGU, que está trabalhando com a PGE.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Senão, nós só vamos fazer reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva. Depois, falará o Deputado Ezequiel Teixeira e Wadih Damous.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu só quero dar uma contribuição. Na medida em que realmente não tenho conhecimento do plano de intervenção, fica extremamente difícil até sugerir algo. Isso se torna mais difícil ainda porque esta Comissão está se instalando hoje, mas nós, os membros da Comissão, não temos esse plano em nossas mãos. Então, é evidente que temos de buscar junto a essas autoridades as informações necessárias.

É importante — e a Deputada Jandira até coloca isso — ouvirmos os movimentos sociais, mas há muita gente trabalhando em torno desse tema. Por exemplo, as federações das favelas não estão todas no mesmo lugar. Eu já participei de não sei quantos encontros com advogados, com juízes, que não têm nada a ver com o outro fórum que a outra comunidade está fazendo. Então, eu gostaria de sugerir que sistematizemos um pouco o trabalho, não só dizendo que temos que fazer isso ou aquilo, mas também trazendo o que se acumulou em paralelo, vamos assim dizer, para podermos interpretar melhor os caminhos seguintes.

Por exemplo, em uma das reuniões em que estive, riquíssima também, apesar de já terem pedido audiência com o General, eles já apresentaram uma intervenção social e o que eles estão pensando disso. Como aqui eu não ouvi também falarem em nenhum órgão — e não sei se cabe a nós ou não...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - O Ministério da Assistência? Eu não reparei. Onde?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Ah, sim. Eu passei por cima. Era o que eu ia dizer: não podemos deixar esse Ministério fora, porque o que está se cobrando, pelo menos nas reuniões das quais tenho participado, é só intervenção social. Eles só estão cobrando isso. Então, é importante.

Concluo dizendo que também temos os movimentos sociais, em que há vários segmentos. Vamos ter agora uma grande reunião sobre esse tema e sobre esta Comissão com o Coletivo de Mulheres Negras, um coletivo nacional. Eu estou



apenas citando algumas entidades que estão se organizando, independentemente daquelas de que temos conhecimento.

Temos entidades estaduais e também nacionais, que estão discutindo sobre isso, até porque acham que a intervenção pode acontecer em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Não tenho dúvida nenhuma disso.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira e, depois, ao Deputado Wadih Damous.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Companheiros, é muito bom estar aqui e é um prazer participar com os senhores desta nova empreitada.

Era um anelo do nosso coração, um anelo da nossa alma, termos uma intervenção, principalmente na área de segurança do nosso Estado. Já não aguentávamos mais, já não suportávamos mais a situação. Lamentavelmente os homens de bem estavam presos em suas casas; e os bandidos, soltos, desfilando com muitas armas, muita munição.

Só espero que a Comissão seja um braço de apoio para o Exército e para toda a polícia, que vão trabalhar, eu não tenho dúvida, com muito empenho e afã, para desempenhar um bom trabalho e trazer a paz para o nosso querido Estado. Essa violência foi fruto de um desgoverno tremendo que temos há anos ali. Temos exemplos terríveis de corrupção, de bandidagem mesmo. Usurparam o nosso Estado, usurparam a nossa população, e agora estamos sofrendo. Essa é a realidade. Portanto, espero que a Comissão seja um braço de apoio para essa intervenção.

Quero parabenizar o Governo Federal por essa intervenção e aplaudir essa atitude. Podem contar comigo aqui e com todos os companheiros, com todos os meus pares. Vamos lutar para que tenhamos dias melhores no Rio de Janeiro. Eu também gostaria muito de conhecer o general, de estar lá com ele também, e estender minha destra de companheirismo para ele.

Que Deus abençoe o Rio de Janeiro! Que Deus abençoe o nosso Estado tão sofrido! Já não aguentávamos mais ficar presos em casa e ver os bandidos soltos nas ruas.



Vamos também pedir a Deus que esse Governo passe logo, para que essa dor e esses momentos tão difíceis e gélidos por que estamos passando possam ir embora com ele também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Ezequiel.

Com relação ao plano de trabalho, então, está tudo certo para V. Exa?

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Está aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Eu só tenho uma observação na parte dos direitos humanos. Quando entra muita coisa de direitos humanos, começa a ter muita defesa de bandido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Isso aqui é plural, certo?

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA -É, mas depois precisamos ver isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Está bem.

Tem a palavra o Deputado Wadih Damous.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Às vezes eu queria ser surdo. *(Risos.) (Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)*

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Sr. Presidente, de fato é uma tarefa, não sei se inglória, desta Comissão, traçar um plano de trabalho, e parabenizo os esforços da Relatora nesse sentido.

Mas o problema que temos — e isso já foi pontuado aqui — é o fato de que, independentemente de sermos contra ou favor da intervenção militar no Rio de Janeiro, os objetivos dela não estão definidos. Fala-se em manter a ordem pública, fala-se em intervir na segurança pública, confunde-se conceito de ordem pública com o de segurança pública, e a única definição que temos muitas vezes sai daqui, da Câmara dos Deputados: é para meter bala em vagabundo. É esse o objetivo da intervenção? Porque a única definição que ouço com objetividade é “meter bala em vagabundo”. Esse seria o grande objetivo dessa intervenção.



Como me parece que ninguém, mesmo os interventores, vai assumir de público que o objetivo é esse, fica muito difícil traçarmos um plano de acompanhamento sem saber efetivamente qual é o plano dessa intervenção.

O que estamos vendo lá no Rio de Janeiro é mais do mesmo em relação a ações pontuais. Tenho um sério temor de que o Exército se sinta desmoralizado nesse tipo de operação. Ontem vimos na Vila Kennedy: o Exército vai lá e retira a barricada, os traficantes vão lá e repõem a barricada; o Exército vai lá e retira a barricada, os traficantes vão lá e repõem a barricada, o Exército vai lá e retira a barricada, os traficantes vão lá e repõem a barricada. Isto é papel das Forças Armadas brasileiras, dar corridão em traficantes?

Agora, de fato, nós precisamos saber, Sr. Presidente — e eu quero enfatizar o que minhas colegas Deputadas Jandira e Benedita já observaram —, qual é o montante investido nessa intervenção e onde está sendo investido esse recurso. Temos de cobrar do Sr. Interventor o plano dessa intervenção e a definição dos seus objetivos. Parece-me que os objetivos genéricos, em relação à segurança pública, têm que ser atendidos pela polícia, e não pelo Exército.

Dando crédito à Deputada Jandira, eu acho que nós temos de ouvir o Comandante da Polícia Militar e o Chefe da Polícia Civil, se é que ainda existem essas funções lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Foram nomeados hoje os dois.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Mas são da polícia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Um é Coronel da Polícia Militar, o outro é Delegado da Polícia Civil. O Rivaldo é da Polícia Civil e o Laviano, da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Nós temos que ouvir qual é a visão da polícia em relação a isso. Por mais que nós tenhamos críticas à ação da polícia lá no Rio de Janeiro — eu sou um crítico, assim como diversos companheiros e companheiras —, o meu temor, em termos de acompanhamento das informações do crime organizado, do que a polícia, precária ou consistentemente, tenha elaborado ao longo desses anos, é de uma ação desestruturante do Exército neste sentido, de não aproveitar e desfazer aquilo que vem sendo construído ao longo dos anos.



Então, nós temos que ouvir também a Polícia Civil e a Polícia Militar, porque nós temos de saber qual vai saber o futuro da polícia lá no Rio de Janeiro depois dessa intervenção. É uma espécie de intervenção contra a polícia. Depois o Exército vai embora, e quem fica é a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Wadih Damous.

Eu só vou pedir, como há várias inscrições e obviamente não há um tempo regulamentar, que sejam usados 3 minutos para cada Parlamentar, para que todos possam falar e, se for o caso, até falar novamente.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga e depois ao Deputado Chico Alencar e ao Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas marque os 3 minutos e nos avise, porque nós gostamos de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu marcarei o tempo. Vamos colocar, então, os 3 minutos no painel — e pronto. Não há problema. Eu tenho total paciência. Podemos ficar aqui a noite toda discutindo, mas vamos limitar o tempo para podermos ir e voltar.

Eu vou ler a sequência de oradores: Deputado Glauber Braga, Deputado Chico Alencar, Deputado Felipe Bornier, Deputado Alessandro Molon, Deputada Rosangela Gomes, Deputado Pedro Paulo e Deputado Marcelo Delaroli, por enquanto.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Hugo, Deputada Laura, além do que já foi dito pela Deputada Jandira e pelo Deputado Wadih em relação às garantias sociais dos moradores do Rio de Janeiro, eu queria fazer uma pergunta. Esta Comissão tem, já que houve uma marcação de presença, poder de aprovação de requerimento para convocação de Ministro de Estado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - A convocação pode ser feita porque a Comissão está formalizada.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, eu já queria apresentar uma proposta.



Houve uma declaração pública do Ministro da Fazenda de que ele estaria trabalhando pela disponibilização de um empréstimo de 1 bilhão de reais para o Rio de Janeiro. Não ficou claro se esse empréstimo de 1 bilhão de reais atenderia exatamente à colocação de recursos relacionados à intervenção ou se atenderia a algum outro objetivo. Isso está estampado em todos os jornais numa matéria de fevereiro.

Como o tempo é curto, eu já queria propor a convocação do Ministro da Fazenda, para que ele pudesse explicar, do ponto de vista financeiro, como vai funcionar essa disponibilização de recursos para o Estado. A situação do Rio, todos nós aqui sabemos, é gravíssima.

Nessa situação tão grave com relação às finanças, para garantir o mínimo do pagamento de profissionais não só da área de segurança pública, mas também de professores e profissionais de educação, eu fico me perguntando se o Governo Federal ainda vai querer cobrar do Rio de Janeiro o empréstimo de 1 bilhão de reais pela intervenção definida por eles. É um empréstimo que o Rio de Janeiro terá que pagar? Não ficou claro se é isso ou não. Portanto, acho importante ouvirmos o Ministro da Fazenda sobre esse assunto.

Quero dizer também que as informações que temos — depois termos a oportunidade de ouvir o comandante da intervenção — é de que há um constrangimento, por parte das Forças Armadas, em relação a essa intervenção. As Forças Armadas têm um papel fundamental na defesa da soberania nacional, nas suas prerrogativas constitucionais. E esse constrangimento das Forças Armadas com a operação do Rio de Janeiro, na nossa avaliação, tem uma relação direta também na forma como ela foi estruturada pelo Palácio do Planalto.

A minha pergunta objetivamente é se, além da convocação do Ministro da Fazenda, podemos convocar também aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo de determinação da intervenção.

Eu gostaria de saber objetivamente, Deputada Laura, que fez uma expressão de questionamento, se poderia estar presente também aquele que foi nomeado Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública, o Sr. Raul Jungmann, cujo nome eu vi no seu relatório, junto ao General Sergio Etchegoyen. É importante que possamos ouvi-lo.



Também se especulou que estava presente, nesse processo de tomada de decisão, o Ministro Moreira Franco. Se isso é verdade ou não, eles vão ter a oportunidade de esclarecer isso, de falar a respeito do constrangimento das Forças Armadas no cumprimento dessa tarefa, de dizer de onde ela foi articulada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Glauber Braga. As suas colocações são pertinentes. A Relatora já fez as anotações. Vamos tomar as providências através de consulta ou de requerimento de informações, se for o caso.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar. Depois falará o Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esta Comissão não é para apoiar a intervenção nem para combatê-la. Como está explícito e escrito, esta Comissão é para: acompanhar o planejamento, que, na minha visão, até agora não existe; acompanhar a execução, que está sendo feita dessa maneira inócua — tira-se barricada, põe-se barricada —; e acompanhar os seus desdobramentos. Há muita coisa que preocupa de fato. E a intervenção pode não ter a eficácia pretendida.

Parabenizo a Deputada Laura Carneiro, nossa Relatora, pois reparei que já propôs nove sugestões iniciais. Pelo que eu entendi, quando é visita — e são quatro —, nós da Comissão nos deslocamos até as autoridades. Mas o Ministro Jungmann, do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, poderia vir aqui também.

Portanto, algumas reuniões vão ser no Rio e outras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Algumas reuniões poderão ser no Rio de Janeiro. Eu sugiro que a reunião com o general seja lá. Acho que será muito melhor, porque provavelmente haverá outros elementos e até mesmo uma estrutura para ele apresentar o planejamento, que é o que todos nós desejamos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eles estão instalados naquele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - No Comando Militar do Exército.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eles estão no Centro de Coordenação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - No Centro Integrado de Comando e Controle.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Fica onde?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Na Praça Onze.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No Sambódromo, na Praça Onze.

O planejamento todo está sendo feito lá, porque é um órgão do Estado, e não no Comando Militar do Leste.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não. Mas, no cronograma desses encontros, nós temos de estabelecer uma lógica, senão pode acontecer de irmos a um lugar desses e alguém dizer: “*Não, isso não é comigo*”. Então, pela eficácia, eu acho que a primeira reunião teria de ser com o interventor. Como ele é tio do Deputado Glauber, isso vai facilitar o encontro. *(Riso.)*

O que tem de ser feito previamente são sugestões de iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - São sugestões ao plano de trabalho, seria a ampliação desse escopo, com outras oitivas que podemos fazer, além das audiências, dos convites e, se for o caso, das convocações. Nós não temos o mesmo jugo que tem uma CPI, mas temos os instrumentos regimentais que já são previstos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sei. Apenas para acrescentar, eu e o Deputado Glauber vamos sugerir também que a Comissão ouça S.Exa. o povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Mas isso é óbvio, nas suas mais variadas representações.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aqui há sugestões? Eu não vi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A Deputada Jandira Feghali sugeriu o Fórum das Universidades. A *(inaudível)* tinha sugerido a OAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) – Também há a Defensoria Pública.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas e a representação das comunidades?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, claro. Haverá nos fóruns populares.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A Deputada Benedita sugeriu também um coletivo de mulheres.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Perdão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu imagino, Deputado Chico Alencar — e acho que esse é o objetivo da Coordenação e da Comissão —, que não irão faltar oitivas, porque nós somos representantes da população, nós não representamos o Governo. Esporadicamente, um ou outro pode ser Governo, mas aqui nós representamos a população. Então, vamos ter de ouvi-la também. E é o que nós estamos fazendo no dia a dia — V.Exa. e outros Deputados também o fazem.

O nosso trabalho vai ter esse foco também. Para não fazer 30 reuniões, vamos trazer ações mais coordenadas e objetivas, a fim de colhermos essas informações.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu conversei esta semana com o pessoal do Programa Ação da Cidadania. Eles fizeram um fórum com 120 comitês contra a fome, vão fazer um relatório e, de alguma maneira, querem nos ajudar nesse processo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deixe-me só encerrar, Presidente, pois meus 3 minutos foram interrompidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Pois, não, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pelo nosso lugar específico de Parlamentares, de agentes públicos da política, se esperarmos só o 1º de dezembro, que é um período razoável para o relatório final, vamos deixar de cumprir algo fundamental de que ninguém tem falado.

No período eleitoral que se avizinha, normalmente, seja pelo tráfico, seja pelas milícias, as regiões do Estado viram feudos eleitorais. As máfias da política têm a ver com as máfias do crime organizado. O crime organizado, na política, faz o acordo da grana.

Uma vez eu vi um cartaz de uma pessoa na comunidade da Coroa, comunidade essa da qual eu sou vizinho há mais de 20 anos. Aí eu falei: *“Ué, mas essa pessoa nunca veio aqui”*. Aí um cara falou: *“Molhou a mão aí”*. Nós temos de enfrentar esse tipo de coisa. E todo mundo vai se comportar direitinho, ninguém vai fazer acordo com a bandidagem, seja das milícias, seja do tráfico. Senão, o nosso trabalho vira hipocrisia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E isso é difícil, hein? Vamos ver se a intervenção vai garantir esse princípio democrático. Eu tenho as minhas dúvidas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Hugo e Deputada Laura, só tenho uma dúvida. Se V.Exas. puderem, esclareçam qual é a diferença do trabalho da Comissão e do Observatório. Se isso já foi explicado, perdoem-me, porque eu não estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Não, isso ainda não foi explicado, Deputado Glauber.

Vamos passar, primeiro, para a oitiva dos nossos colegas. O Observatório Legislativo estará aqui também. Aliás, ele está presente na figura da Andréa, que é a responsável por ele. Não há conflito em hipótese alguma, até porque o Observatório não tem Parlamentares. A Comissão Externa é que tem Parlamentares. A nossa lógica é nos utilizarmos da experiência, da expertise e das informações que estão coletando para usarmos no trabalho da Comissão e na produção do relatório parcial. Portanto, não há conflito.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu só quero entender qual é a diferença entre as duas ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deixe-me explicar.

Num diálogo com o Presidente, ele entendeu que, com a constituição da Comissão, o trabalho vai ser conjunto. É óbvio que a agenda do Observatório é muito mais técnica. A nossa é uma agenda de discussão política.

Com a palavra o Deputado Felipe Bornier, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Deputado Deley que o diga, pois nesta semana eles foram à Barra Mansa, região sul fluminense. Hoje ele não está querendo nem falar, sinal de que já tem muitas informações, muitas até que esta Comissão não tem. Parece brincadeira!

Neste primeiro momento, acho que temos de ser otimistas. Ninguém aqui tem que torcer contra a intervenção, principalmente com relação à Comissão. Eu acho que tanto o Presidente quanto a Relatora têm responsabilidade e credibilidade de fazer essa agenda, esse plano de ação, que está muito positivo. Temos muitas agendas, só falta datá-las para nos organizarmos.



Eu acho que falta tecnologia. Hoje há muita gente da área tecnológica, empresários com informação que querem ajudar. Penso que esta Comissão tem que convidá-los também a participar. Por exemplo, durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro foi utilizada muita tecnologia no combate à criminalidade.

Muitas vezes questionamos o porquê de mostrar a identidade, quando muitas dessas tecnologias, por meio de câmeras e de dados policiais, poderiam ser mais bem utilizadas. Se houvesse uma câmera dessas na entrada das comunidades, por exemplo, muitas pessoas não precisariam pedir ajuda de Direitos Humanos para talvez intervir em algo que tange à segurança de todos.

Eu quero dizer que eu mesmo fui autor de um requerimento para a criação de uma Comissão Especial. É claro que, por temos uma atuação maior no interior do Estado e também na Baixada Fluminense e diante das preocupações não somente dos Parlamentares, Prefeitos e Vereadores, mas também da sociedade civil, essa foi a nossa ação inicial. Já passamos por isso no passado na implantação das UPPs na Capital. Esta é uma realidade, diante das muitas informações que nos chegaram, sobre a qual gostaríamos de tirar dúvidas.

Temos muito trabalho. Quero dizer aqui que, da minha parte, não faltará dedicação. Podem me chamar para todas as agendas, que eu irei. Talvez esse seja um momento único para mostrar verdadeiramente o que precisamos fazer hoje, que é unificar esta bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Se todo mundo torcer contra, quem perde é o Estado. Temos que parar de olhar um pouco para a eleição e nos focar mais no futuro, diante da realidade do nosso Estado e da tamanha dificuldade em que se encontra hoje a nossa Cidade Maravilhosa, que deixou de ser maravilhosa. Ela precisa desta bancada com a união dos 46 Parlamentares, para fazermos uma política com liderança forte no combate à corrupção. Na verdade, hoje a nossa geração está se perdendo para a criminalidade pela falta de oportunidades.

É isto que temos que debater aqui com a sociedade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Felipe Bornier.



Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. Em seguida, falará a Deputada Rosangela Gomes.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado. Eu quero cumprimentar o coordenador da Comissão, a Relatora e os colegas que estão aqui.

Sr. Presidente, eu fui autor de um requerimento de constituição de uma Comissão externa como esta. Fiquei feliz com a criação desta Comissão, porque acho que é uma oportunidade excelente para nós Deputados Federais pelo Rio de Janeiro contribuirmos para que este problema seja resolvido, e não apenas diminuído, mitigado. Comparando-se o problema a uma doença, em vez de apenas se dar um antitérmico para a infecção, deve-se de fato dar o antibiótico para tratar as suas causas e permitir que a situação fique melhor depois do dia 31 de dezembro, a fim de que os problemas não voltem todos depois desse dia.

Por isso, Deputado, eu propus na constituição da Comissão que, além de se aproveitar os conhecimentos do Observatório — acho ótimo que isso esteja aqui —, sejam incluídas também a OAB e a Defensoria Pública. Aliás, já estão incluídas, e eu acho que foi acertado. Eu sugeriria também que fosse acrescentado o contato com o Ministério Público Federal. Por que eu queria deixar esta sugestão para a Relatora? Numa reunião de que participei, ouvi a seguinte pergunta: a quem, eventualmente, se pode denunciar algum abuso? Ao Ministério Público Federal, porque se trata de uma ação do Governo Federal. Portanto, o Ministério Público Federal pode receber essas denúncias.

Eu acho importante nós conversarmos com o MPF para saber de que maneira a Comissão pode facilitar para que denúncias de eventuais abusos — esperamos que não ocorram, mas infelizmente podem ocorrer — tenham o canal devido. Essa é a sugestão relativa ao MPF.

Sugiro também que se procure o Centro de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes — CESeC, onde também foi instalado um Observatório da Intervenção. Se já foi sugerido, é ótimo que façamos um contato. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Trata-se do fórum das universidades.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON Eu queria sugerir uma ordem nessas visitas, se me permitem. Eu sugeriria, evidentemente, que primeiro estivéssemos com o Interventor General Walter Souza Braga Netto. Em seguida, com os técnicos do Observatório e com representantes do TCU — que seja o Ministro Raimundo Carreiro —, porque são órgãos ligados ao Legislativo, para que a Comissão Externa atue conjuntamente com o controle externo, por meio do TCU, e com os técnicos da Casa.

Num terceiro momento, eu sugeriria o contato com a OAB, além do contato com o CESeC, da Cândido Mendes, já mencionado, e com o MPF. São outros órgãos que de alguma maneira vão acompanhar para além do Legislativo esta intervenção.

Eu queria acrescentar o convite aos representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Perícia para serem ouvidos por nós. Os jornais estão mostrando que são gravíssimos os problemas causados pela falta de equipamentos. Nós precisamos colocar isso no nosso relatório para ajudar a enfrentar este problema. Eu acho fundamental que o novo Comandante da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil e o Diretor do DPTC — Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica sejam ouvidos por nós. Nós faríamos o contato com os Ministérios. Eu deixaria para o fim o contato com eles, talvez excetuando o Ministério da Segurança Pública e o dos Direitos Humanos, já que, por uma relação mais direta com o tema, poderiam ser contatados mais rapidamente.

Por fim, eu queria sugerir que a nossa Comissão tivesse uma agenda e um local fixos no Rio de Janeiro. Estando no Rio de Janeiro, em vez de irmos ao MPF, à OAB e à Polícia Militar, iríamos a algum lugar na cidade cedido por um órgão público ou privado. Poderia ser toda sexta-feira de manhã, toda sexta-feira à tarde ou todas as segundas-feiras de manhã, mas que fosse uma agenda fixa. Isso vai facilitar a nossa organização, porque a nossa agenda é uma loucura, e nós vamos evitar o tempo de deslocamento. Em vez de nós irmos à Polícia Militar, o Comandante da Polícia Militar que venha conversar conosco, Deputados. Nós somos 20 Deputados, 30 Deputados, não faz sentido irem 30 pessoas atrás de uma. Isso vale até mesmo para o interventor. Eu acho mais racional que o interventor seja convidado a se



reunir conosco num auditório cedido pela FIRJAN — Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que tem espaço à vontade, ou por um órgão público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Pode ser no próprio Centro de Controle.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Centro de Controle é gigante.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Qualquer que seja o lugar, que seja fixo, bem como o horário. Assim nós nos organizamos, as pessoas participam, nós ganhamos tempo e otimizamos o trabalho de todos. São as minhas sugestões para a nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Perfeito. A lógica é boa.

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes. Em seguida, falará o Deputado Pedro Paulo.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa noite a todos e a todas.

Eu queria deixar uma pequena contribuição. A intervenção, a meu ver, é fruto da ausência e da omissão dos governos. Não podemos perder isto de vista: a intervenção é fruto da omissão dos governos anteriores. Ninguém nasce marginal, ninguém nasce bandido. Infelizmente, na ausência de gestão, nós chegamos a este ponto de precisar de uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. A segurança do Estado está desestruturada, desmotivada. Alguns Parlamentares falam, mas observamos que, muitas das vezes, nós mesmos politizamos a segurança pública.

Deputado Hugo Leal e Deputada Laura Carneiro, eu gostaria também de fazer um pedido aqui. Eu acho que este é o momento em que nós Parlamentares, principalmente os Deputados e Senadores do Rio de Janeiro, poderemos contribuir para arrumar tudo o que não foi feito no passado ou, pelo menos, encaminhar. Repito: a intervenção é fruto da omissão e da falta de gestão dos governos passados. Por isso, o Estado perdeu as rédeas. Eu me refiro, Deputada Laura Carneiro, ao planejamento familiar. Eu não consigo visualizar uma transformação, uma melhora da sociedade do Rio de Janeiro sem isso.

Nossos jovens de 10 a 20 anos têm em torno de quatro, cinco filhos. Todo ano têm filhos sem algum planejamento, eles os entregam a alguém para que cuidem deles ou os jogam fora em saco de lixo. Essa é a realidade que nós vemos no Rio de Janeiro. Essas crianças crescem revoltadas ou no descaminho. Lembro



que nós temos um Estado paralelo. As comunidades, muitas das vezes, têm um orçamento de mais de 300 milhões de reais por ano. Existe uma população que consome muitas drogas no Rio de Janeiro.

Então, eu peço que V.Exa., não sei se por meio do Ministério da Saúde, tente encaminhar aqui uma discussão sobre planejamento familiar.

Também não vejo saída senão trabalharmos muito a educação. Eu falava aqui com os representantes do Observatório. Eu acho que o trabalho tem que ser extremamente afinado, alinhado com educação, esporte e cultura. Eu quero saber se, em algum momento, V.Exa. poderia, fora do desenvolvimento social, também incluir no relatório e na discussão os temas educação; inclusão; planejamento familiar; e cultura, senão vamos enxugar gelo. Daqui a pouco chegará o dia 31 de dezembro, e vamos voltar a nossa realidade: um Estado falido, sem dinheiro e sem geração de emprego. Não posso dizer que não vai dar em nada, porque nós estamos aqui trabalhando, e eu creio que nós vamos chegar a algum lugar.

Eu queria que V.Exa. tentasse pensar no planejamento, na educação e, se possível também, na FIRJAN — Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, quanto à questão de empregabilidade. O primeiro emprego para o jovem é fundamental.

Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputada Rosangela Gomes.

A sugestão é só a ampliação do escopo de... É só para tomarmos cuidado, porque temos um foco que são as ações...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Não, tudo bem. Eu só estou dizendo que nada impede a discussão, mas nós temos um objetivo.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

Depois do Deputado Pedro Paulo, será o Deputado Altineu Côrtes e, depois, o Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Coordenador da Comissão, Deputado Hugo Leal; Relatora, Deputada Laura Carneiro, quero dizer que também fui autor não só de um requerimento para a formação de uma Comissão, mas também de um



ofício ao Presidente Rodrigo Maia, imediatamente após a notícia da intervenção, para que se instalasse esta Comissão.

Por que eu fiz esses dois formatos? É importante dizer, Deputado Chico Alencar, que o formato de um pedido, por ofício, ao Presidente implica uma Comissão que não onera mais custos a esta Casa. Se for um requerimento aprovado em plenário, pressupõe-se que esta Comissão possa arcar com custos dos mais diversos possíveis, de deslocamento dos Parlamentares à contratação de consultoria, etc.

Então, eu quero, primeiro, fazer uma sugestão a V.Exa. porque eu acredito ser esse tema de grande importância. Nós podemos reforçar o instrumento desta Comissão não só sendo uma Comissão criada por ofício, pelo Presidente Rodrigo Maia, mas que seja aprovada em plenário, se possível, por unanimidade, para que tenhamos mais poder de convocação, de convites e até de estruturação do trabalho desta Comissão.

Também surgiu a pergunta aqui, Deputado Hugo Leal, sobre as funções de uma Comissão, as funções de um Observatório, desses diferentes fóruns que estão acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Eu acho que são funções completamente diferentes, completamente diferentes. Nós temos a oportunidade, o dever constitucional e a prerrogativa do nosso cargo nesta Comissão para que tenhamos uma atuação absolutamente específica. Essa é uma intervenção federal, e esta Comissão tem as suas prerrogativas de convocação, de cobrança, de fiscalização dos órgãos federais que estão no comando dessa intervenção.

Então, aquilo que o Observatório não terá, aquilo que os diversos fóruns não terão, ainda que não necessitem, hoje em dia, do trabalho de fiscalização das prerrogativas parlamentares, temos que aproveitar as nossas prerrogativas para convocar, exigir informação. Por quê? Porque, na minha concepção, um dos principais desafios dessa intervenção é, talvez, não só o planejamento, Deputado Chico Alencar, que é fundamental, a cobrança de políticas que fiquem depois que a intervenção for embora, mas, principalmente, há o desafio da comunicação, já que essa é a primeira intervenção no período democrático.

Se nós ficarmos com um planejamento, com ações, definições, decisões no modelo de caserna, a que os militares historicamente e culturalmente estão



acostumados, nós não vamos ter sucesso em uma cidade, em um Estado que é polêmico, que é acostumado ao debate, que cobra seus direitos. Então, a quantidade de decisões que vão sendo tomadas sem necessidade, como mandados de busca coletiva, são medidas que talvez estejam no último da fila desta discussão e tomadas simplesmente porque as decisões estão sendo tomadas ali no modelo caserna de ser, de como as estruturas militares funcionam.

Por exemplo, o Deputado Felipe Bornier falou sobre a questão da utilização de dados, de informação. Isso é fundamental. O IPP, que é o Instituto Pereira Passos, tem uma riqueza de informação cartográfica, de conhecimento das comunidades, de identificação e localização das principais manchas de ausência de urbanização e de domicílios.

Nós temos uma base de informações, por exemplo, das Clínicas da Família. As Clínicas da Família estão em 70% das comunidades das áreas mais humildes da cidade do Rio de Janeiro, só que estão em 100% das comunidades, Deputado Marcelo, pois o questionário que tem o agente comunitário de saúde tem informações sobre a família, sobre a saúde da família, sobre como é a situação dos pais, sobre a renda, sobre tudo. O questionário é quase um dado censitário, quando o agente comunitário de saúde visita cada casa na cidade do Rio de Janeiro. A média da cidade é 70% e, nas comunidades carentes, 100%. Esse dado tem que ser aproveitado, tem que ser disponibilizado pela Prefeitura para a composição do planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - É aproveitar o momento dessa organização.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Então, eu acho que temos um desafio também da utilização desses dados, da tecnologia, de cruzar essas informações.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só uma informação.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Eu acho que o IPP é uma base extraordinária de informações, de dados abertos, que estão ali à disposição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Posso?

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Deixe-me só completar o raciocínio?



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É claro.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Por exemplo, o Ministério Público Estadual, Deputado Alessandro Molon, tem um Centro Inteligência também, que já fez um trabalho excepcional de cruzamento de informações de bases de dados da Prefeitura, da Justiça, com manchas de criminalidade por categorias. Acho que isso é um acervo. Causa-me muita preocupação se o Exército está, no desenho do seu planejamento, utilizando ou não essas informações. Eu acho que a Comissão pode provocar esse tipo de trabalho.

O Deputado Wadih Damous falou sobre isso, sobre nós querermos do nada aqui desenvolver um plano, sem aproveitar toda a base de informação que existe, o conhecimento acumulado das instituições do Estado do Rio de Janeiro.

E aí as sugestões são esse Centro de Inteligência do Ministério Público Estadual, o IPP...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Tem todo o apoio, Deputado Pedro Paulo. Tem razão. Eu estive lá, e vale a pena. Tem toda razão.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Quem foi o desenvolvedor disso foi o Procurador-Geral...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Foi o Dr. Gussem.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - O Dr. Gussem, em parceria com o IPP, quando estava na Prefeitura, desenvolveu esse trabalho de acervo de informação.

Mas há também, Deputada Laura Carneiro, Relatora, o Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas. Eles estão trabalhando, basicamente, com o cruzamento de dados, equipes de *Big Data* e cientistas de dados que têm informações preciosíssimas sobre a cidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu peço que V.Exa. encerre sua fala para que eu possa passar a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - ...um Centro de Informações de Políticas Sociais da FGV. Então, eu acho que esse é o desafio.

Para completar, eu acho que, por último, a Prefeitura do Rio de Janeiro não pode estar à parte da discussão da intervenção. Nós temos uma questão grave que contribui diretamente com a segurança pública que é a ordem pública. O Deputado Chico Alencar colocou o problema das milícias, do tráfico. A desordem no transporte



alternativo, o roubo de carga, a leniência com o espaço público contribuem diretamente com a questão da segurança pública.

Então, a gente tem que chamar o Secretário Municipal de Ordem Pública da Prefeitura, para que essa Secretaria faça parte desse conjunto de planejamento da intervenção e para que tenhamos uma atuação consequente na área da segurança pública.

Eram essas as minhas considerações iniciais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado.

As sugestões que estão sendo apresentadas aqui podem ser formalizadas à coordenação dos trabalhos e serão encaminhadas à Relatoria. Além de essas manifestações estarem sendo anotadas e a audiência estar sendo gravada, é importante que elas sejam entregues formalmente.

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria resgatar os requerimentos que foram apresentados. O Requerimento nº 8.067, de 2018, de autoria do Deputado Hugo Leal, foi o primeiro a ser apresentado à Comissão. Depois, o Deputado JHC, de Alagoas, que é membro da Comissão, também fez um segundo requerimento. Em seguida, o Deputado Pedro Paulo, o Deputado Felipe Bornier, eu e o Deputado Alessandro Molon também fizemos um requerimento. É claro que isso vai constar do relatório. Não constou da preliminar de roteiro, porque não faria sentido.

Quero dar uma informação de que, logo depois que foi aprovada a intervenção — eu não imaginava que estaria aqui, muito menos que seria Relatora —, a primeira coisa que fiz foi pedir ao Prefeito para disponibilizar ao Exército todos os documentos do IPP e toda a cartografia existente da cidade. Ele me respondeu que isso já havia sido feito pela Prefeitura.

O SR. DEPUTADO PEDRO PAULO - Isso está disponível no *site*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é só pelo *site*, mas pedi para disponibilizar tudo que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deputada, eu sei. Depois, V.Exa. pode responder um a um. Vamos ouvir os Parlamentares.



Concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes. Depois, falarão o Deputado Deley e o Deputado Marcelo Delaroli.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, quero cumprimentar os colegas.

Em relação ao acompanhamento, muitas sugestões já foram dadas. Não quero ser repetitivo. É importante que mais atores participem disso.

Antes de chamar a atenção para um aspecto operacional, eu gostaria de dar uma sugestão que talvez não se enquadre no acompanhamento e não seja possível, porque é uma ação política que podemos desenvolver. A minha sugestão é suprapartidária. Sugiro observarmos os projetos relacionados à segurança pública que estão em andamento aqui, que unem a bancada, para que possamos chegar a um acordo sobre eles. Já falamos sobre isso, inclusive o Presidente Rodrigo Maia abordou esse tema. Sugiro que essa ação parta da bancada para fazer isso andar. Isso não tem muito a ver diretamente com o acompanhamento, mas sugiro que façamos isso e aproveitemos este momento triste e grave que estamos vivendo.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar aqui é a retirada das barricadas na Vila Kennedy que aconteceu anteontem. Esse mesmo fato aconteceu em São Gonçalo, no Jardim Catarina, se não me engano na segunda-feira, e não teve a mesma repercussão. Tenho minhas críticas, mas não vamos entrar nesse mérito.

Quero chamar a atenção da bancada para um fato: todos sabem que quando foram instaladas as UPPs no Rio de Janeiro, houve um crescimento do índice de violência no interior do Estado e na Região Metropolitana. Esse fato chama muito a minha atenção, e eu gostaria de pedir aos colegas que fiquem atentos a isso, nesse plano que será apresentado pelo interventor, para que não ocorra a mesma coisa nessa ação da intervenção. O mesmo fato que aconteceu na Vila Kennedy aconteceu no Jardim Catarina. O primeiro caso foi noticiado no *Jornal Nacional*. Os meios de imprensa divulgaram-no muito mais. Com o segundo caso, isso não aconteceu. Eu poderia citar outras cidades da Região Metropolitana com casos de violência. O Prefeito Marquinho Mendes falou da violência na Região dos Lagos.

Enfim, sugiro que fiquemos atentos para o fato de que haja segurança em todo o Estado de forma igualitária.

Essas são as minhas considerações. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Altineu Côrtes.

Tem a palavra o Deputado Deley. O próximo inscrito a falar é o Deputado Marcelo Delaroli.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, o Deputado Felipe Bornier falou do Observatório e houve também uma fala do Comandante da PM, mas antes de abordar o que foi falado lá, eu queria dizer que obviamente esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande. Que não me venham dizer o contrário. Esta Comissão tem a responsabilidade de não deixar que isso seja só um oportunismo eleitoral. Eu realmente espero que não tenha sido esse o pensamento desse Governo, já que ele não teve jogador para jogar o jogo da Reforma da Previdência. Isso é importantíssimo, independentemente do posicionamento que cada um tem aqui.

Quero deixar registrado que votei, com muito temor, a favor dessa intervenção, mas estou torcendo muito para que ela dê certo, até porque estávamos sem nenhum caminho.

Eu queria me juntar ao Deputado Glauber Braga. Acho que é fundamental a vinda do Sr. Meirelles aqui.

Deputado Pedro Paulo, não tenho dúvidas de que a Fundação Getúlio Vargas tem um belo estudo e de que várias outras instituições têm vários estudos de inteligência para melhorar a segurança. Agora, é preciso perguntar ao Sr. Meirelles se haverá dinheiro para isso. Senão houver dinheiro, esquece e recolhe todo mundo.

Na semana passada, eu e o Deputado Hugo Leal, que fazemos parte da Frente Parlamentar em Defesa a Polícia Rodoviária Federal, ouvimos o Comandante no Observatório e a fala dele me marcou. Ele falou: *“Nós estamos treinados para manter a ordem pública. Agora, não conseguimos segurar os fuzis que entram no Estado. Não conseguimos segurar as drogas que entram no Estado”*. Senão houver grana, para tudo! É fundamental que o Sr. Meirelles venha aqui dizer se haverá dinheiro para essa intervenção.

Sinceramente, se essa intervenção for mais uma atitude para jogar para a galera, esses caras vão ouvir muito. O Rio de Janeiro não merece que brinquem



com ele. O pessoal está sofrido. Sabemos que o problema de segurança no Rio de Janeiro não é só no Rio de Janeiro.

Então, que eles realmente encarem isso com muita seriedade. E esta Comissão tenha a responsabilidade para que isso realmente seja um caso sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deputado Deley, só para lembrar, retomando um pouco o tempo, em abril de 2016, houve uma medida provisória que destinou ao Rio de Janeiro 2,9 bilhões, que eram para cobrir despesas nas Olimpíadas. Para isso, houve dinheiro também, imagino que a situação não seja tão diferente.

O SR. DEPUTADO DELEY - Deputada Laura Carneiro, eu inclusive gostaria que V.Exa. acrescentasse, se os pares entenderem que sim, porque acho que é muito importante trazeremos o pessoal da PRF e da Polícia Federal aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, claro!

O SR. DEPUTADO DELEY - Então, acho que são 2 segmentos importantíssimos. Sobre a questão da droga e do fuzil, conversando com o pessoal do meio, eu ouvi: *“estão entrando pela parte rodoviária, pela parte aérea, estão entrando de tudo quanto é jeito”*. Então, acho que esse segmento também tem que ser ouvido, para que saibamos quais as demandas que eles têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Deley.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Delaroli.

Depois, concederei a palavra ao Deputado Marcelo Matos.

O SR. DEPUTADO MARCELO DELAROLI - Deputado Hugo Leal, falei aqui para o meu colega ao lado que eu não queria falar, ele falou: *“fale”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - V.Exa. é policial militar.

O SR. DEPUTADO MARCELO DELAROLI - Por isso mesmo.

Eu fico feliz, primeiro, por estar numa reunião com tantos Parlamentares. Há muito tempo que nós não víamos a reunião da bancada do Rio de Janeiro com uma presença maciça. Fico feliz também pela presença de todos, até daqueles que eram contra, mas, já que aconteceu, estão torcendo para que dê certo.

Então, realmente, eu saio esperançoso desta reunião aqui.



O que me incomoda um pouco — e aí eu fico feliz com o que Deputado Ezequiel falou — que realmente seja um braço para ajudar e não um braço para atrapalhar.

Eu tenho muito receio de que esta Comissão possa ser politizada e acabe atrapalhando o trabalho da intervenção daqueles profissionais que ali estão. Porém, não vou entrar nessa discussão — por isso, eu não queria falar —, mas eu queria pedir ajuda aqui, já que está tão cheio o local de nobres Parlamentares.

Nós sabemos do déficit da nossa Polícia, e eu me refiro à Polícia Militar, à Polícia Civil e aos agentes penitenciários do Rio de Janeiro. Vocês sabem que eu estou a todo o momento mostrando isso. Vamos dizer, Deputado Chico, que dê certo a intervenção federal e que melhore muito a segurança pública. Daqui a 1 ano, se saírem aqueles militares de lá, como ficam os cariocas realmente com aquele déficit grande na segurança pública?

Então, quero aqui pedir a vocês, já que o General falou que iria propor ao Governo do Estado a convocação dos profissionais de segurança, àqueles que têm uma influência grande no Governo do Estado, que conversem com o Governador sobre isso. Mostro um monte de gente aqui, Deputada Laura, não me faça falar o nome, mas um monte de gente aqui tem grande influência no Governo do Estado e pode ajudar nisso, porque é um absurdo que 4 mil concursados da Polícia Militar estejam aptos a realmente participarem do curso, mas estejam sofrendo, porque largaram suas famílias durante todo esse tempo, e ninguém vê nada. Na última reunião que tiveram, eles saíram realmente fracassados com o que ouviram do Coronel que estava representando aquele General, que disse que era papel do Estado resolver isso.

Realmente, é papel do Estado, mas se nós não interferirmos diretamente para que se convoque policial militar, para se convoque policial civil e para que se convoque agente penitenciário, nada disso acontecerá.

Não vou encher linguiça, aqui, todos falaram que não é só aumentar efetivo. Realmente, temos que ter algo mais tanto a pequeno, quanto a médio e longo prazos, mas é fundamental que melhore e que se cubra esse déficit que existe na segurança pública do Rio de Janeiro.



E o que podemos mais, para terminar — eu até frisei isso aqui —, acho que a maior contribuição que os Deputados Federais podem dar, neste momento, é alterando as leis a fim de amparar realmente aqueles profissionais de segurança. Que eles possam trabalhar de forma segura, porque hoje eles não podem executar o seu serviço nas comunidades do Rio de Janeiro como um todo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Antes de passar a palavra ao último inscrito, que é o Deputado Marcelo Matos, eu quero fazer alguns registros que eu acho importantes.

Primeiro: está presente aqui a Sra. Andrea Perna, que é a Coordenadora do OLERJ - Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, que já se colocou à disposição; e estão presentes os Consultores Luiz Fernando, Leo Van Holthe e Fernando Carlos Wanderley Rocha. Então, nós estamos aqui com três Consultores da Câmara dos Deputados, inclusive, com o Chefe da Consultoria, e mais a Sra. Andrea Perna, que é do Observatório.

Também passaram aqui pela Presidência o nosso Deputado Dr. João, hoje Prefeito de São João de Meriti, e o Prefeito Clóvis Tostes, de Miracema. E quero fazer o registro da presença do Vereador Cláudio Castro, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que é o 2º Secretário.

Parece-me que há também uma Comissão que foi criada para poder acompanhar a questão da intervenção do Município do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, faço um convite. A Comissão foi formada pelos Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, amanhã, às 15 horas, o Deputado Rodrigo Maia os receberá. Depois, eles terão uma reunião com o Observatório, na Câmara Federal, e, às 17 horas, eles vão se reunir com o Ministro Raul Jungmann para tratar do trabalho da Comissão, que é coordenada e presidida pelo Deputado Carlo Caiado. Virão os Relatores: Vereador Fernando William, Vereadora Marielle Franco — são quatro. Ajude-me, Claudio! —, Vereador Otoni de Paula e o Vereador Jones Moura, são os 4 Relatores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Com a palavra, agora, o Deputado Marcelo Matos, último inscrito. Depois, nós vamos fazer algumas deliberações.

O SR. DEPUTADO MARCELO MATOS - Quero aqui cumprimentar o Presidente Hugo Leal, a nossa Relatora Laura Carneiro e todos os Parlamentares, boa noite!

Eu hoje fico feliz pelo que está acontecendo nesta Casa: nós vemos os Parlamentares unidos pela melhoria do Estado do Rio de Janeiro. Essa questão da intervenção, sugerida por 8 Deputados há quase 1 ano, que hoje vem acontecendo no Estado do Rio de Janeiro, é um assunto preocupante demais, porque hoje se joga tudo na conta das Forças Armadas.

Eu queria que também fizesse parte dessa intervenção alguma entidade ligada às Guardas Municipais, porque as Guardas Municipais atuam diretamente nos Municípios, em todos os Municípios. Temos um contingente enorme de Guardas Municipais nas Capitais onde estão atuando.

Inclusive, em alguns Municípios, há Guardas Municipais fazendo o papel da Polícia, até de apreensão também, e estão até sendo contrariados por militares, dentro do seu próprio Município, sendo denunciados até ao MP, porque estão prendendo bandidos dentro do seu próprio Município. Então, eu acho que o papel da Guarda Municipal é importantíssimo nesse trabalho de intervenção.

Eu também quero aqui me somar às palavras do Deputado Altineu Côrtes. Nós que sempre lutamos pelo aumento do efetivo dos batalhões, que sempre questionamos o projeto UPP... Porque, quando foram lançadas as UPPs na Capital, os bandidos migraram para todos os outros setores do Estado do Rio de Janeiro, tanto para a Região dos Lagos, quanto para a Costa Verde. A Baixada Fluminense foi a que mais sofreu, e sofre até hoje. Em algumas regiões, há o toque de recolher. Há ações de barricadas que são feitas em quase todo o território do Rio de Janeiro...

Quando comentaram sobre a questão da Vila Kennedy, eu vi que alguns Parlamentares riram... Eu vejo às vezes Parlamentares torcendo para que a coisa não funcione, que, quanto pior, parece que está melhor! Isso é uma questão nossa, gente! Eu já sofri três arrastões na Avenida Brasil! Isso pode acontecer conosco! A bala perdida não tem endereço, ela pode atingir qualquer um! Pode atingir o aluno



na escola, pode atingir nossos familiares, porque nós temos família no Rio de Janeiro. Então, nós temos que torcer para que isso dê certo! E que continue depois quando o Exército for embora.

Eu acho que é importante deixar um legado dentro desses batalhões. Eu acho que a gente tem que brigar, sim, pelo aumento do efetivo dos batalhões ou para chamar os concursados, porque senão não adianta! Senão, os bandidos vão tirar seis meses de férias, e depois vão voltar para atuar no Estado do Rio de Janeiro de novo!

A preocupação dos Prefeitos das cidades do interior é que esses bandidos não migrem para essas cidades. Eu vou ser aqui repetitivo: a ação tem que ser em todo o Estado. Nós temos que brigar para que isso aconteça em todo o Estado. Porque nós já vimos o filme do que aconteceu com as UPPs! Você é de região serrana... Você representa o Estado do Rio de Janeiro, e existe lá a região serrana. Você sabe que aumentou muito a violência na sua região também! Na minha, nem se fala!... São João de Meriti hoje é a porta de entrada dos bandidos para a Baixada Fluminense! Isso foi dito até por representantes da segurança pública. Alguns Coronéis disseram que São João de Meriti virou o *shopping center* dos bandidos! Eles fazem compra em São João de Meriti, onde mais se rouba carro, onde mais rouba carga, e as pessoas, hoje, vivem com medo o tempo todo. Em São João, há até o toque de recolher! E em uma cidade que até então era pacata, e hoje nós temos esse problema.

Então, vou tornar a ser repetitivo, sim: vou pedir que essa intervenção atue da mesma forma na Capital como em todos os outros Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Marcelo Matos.

A lista dos Parlamentares que fizeram a inscrição está completa, todos os inscritos já falaram.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Hugo, eu queria fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Pois, não.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Na primeira reunião, que eu imagino que seja com o interventor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Nós vamos ver o que nós vamos fazer...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Seria possível, e até mesmo para a nossa interação com ele ser qualificada, fazer uma solicitação prévia do que porventura ele já tenha de material armazenado das ações que foram feitas no Rio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Nas Olimpíadas?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não, por exemplo, na Maré. Saber se já existe a GLO - Garantia da Lei e da Ordem, como estava ali colocada, uma avaliação concreta não só do que do ponto de vista financeiro foi utilizado, mas do que eles fizeram de avaliação a partir do momento em que houve o fim daquela intervenção.

Eu explico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, eu entendi.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu explico: porque, em determinado momento, os dados estão sendo utilizados de maneira diferente. Fala-se no valor de 600 milhões; em outros momentos, fala-se no valor de 520 milhões. Se ele já tiver alguma avaliação do que já foi feito, isso facilitaria a nossa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O segundo pedido, Deputada Laura, se puder ser feito, se eles porventura já têm um planejamento da intervenção, ou de algum documento interno que possa ser publicizado, mesmo que não seja... A gente vai discutir depois o grau de publicização. Mas, se houver um documento interno que já tenha sido colocado à disposição entre aqueles que estão participando da intervenção, solicito que a gente possa ter acesso a esse documento, até para facilitar a nossa interação com eles no contato pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu vou acolher a sugestão de V.Exa., e tentar resumir aqui as falas. Depois, eu vou passar para a Laura... Pelo menos, na minha avaliação, eu entendi que a prioridade obviamente é a oitiva ou a visita do interventor. Acho que isso ficou muito claro para todos.



Eu já fiz o primeiro contato hoje, e estava esperando esta reunião para consolidar amanhã. Poderia ser na quinta ou sexta-feira, e isso depende da agenda dele, porque eu acho que esse será o primeiro contato. Provavelmente, ele pode alegar que talvez não tenha ainda a completude das informações nesse sentido. Mas o que V.Exa. coloca com relação à Maré, eu transfiro essa questão para a época das Olimpíadas. Ele também foi o responsável pela segurança nas Olimpíadas. Se nós formos avaliar as Olimpíadas, elas foram uma intervenção também na segurança pública. Quem estabeleceu o comando central da segurança pública no Estado, e não só no Município, foi a operação...

Não era GLO nem nada. Era uma intervenção mesmo! A segurança pública, todos os chefes faziam referência... Não lembro como era o nome, mas basicamente era o General Braga Netto que estava também nessa operação. Então, com certeza, ele pode até não estar preparado, porque essa intervenção não foi planejada, mas, quanto a informações, ele as tem, sim, e também sabe um pouco dessa lógica do que já aconteceu nas Olimpíadas.

A GLO é uma espécie de ação, que é lei e ordem. Mas, nas Olimpíadas, o fato foi muito mais incisivo, assim como o domínio das informações. Tanto que foram coletadas essas informações e, pelo menos pela informação que eu tenho, não foram compartilhadas com as áreas de segurança do Rio de Janeiro. Esse é um fato que a gente precisa apurar. Eu acho que essa primeira reunião é para nos inteirarmos desse aspecto com o interventor. Eu acho que é uma questão bastante lógica.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A única pergunta, Deputado Hugo, é se vale ou se cabe a apresentação de um requerimento prévio, para saber se eles podem disponibilizar algum planejamento existente. Porque aí a gente não chega à reunião, e ele diz que o planejamento ainda não está oficializado e que por isso ele não pode colocar à disposição. Se ele já tiver alguma documentação que a gente possa avaliar, para balizar até aquilo que a gente vai ter como diálogo, isso vai facilitar o nosso trabalho lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Vou sugerir a V.Exa. que faça...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O requerimento é melhor?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sim, e aí a gente o transforma em requerimento da Comissão...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - E a gente encaminha o requerimento, já com algumas coisas que obviamente serão discutidas posteriormente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - O Deputado Alessandro Molon fez algumas considerações, que eu acho que são de ordem prática e cabem à coordenação.

Primeiro, ele fez a sugestão de encontrar um espaço no Rio de Janeiro em que possamos, eventualmente, fazer as reuniões desta Comissão Externa, com datas fixas, podendo ser semanais, quinzenais, dependendo da agenda, mas sempre tendo esse parâmetro de que, no Rio de Janeiro, nós teremos facilidade também de ouvir as pessoas, de ouvir a sociedade, como é o nosso desejo.

Então, a sugestão aqui é que esse calendário, a princípio, seja semanal, mas eu não sei se nós conseguiremos. Particularmente, acho que o melhor dia para nós é segunda-feira pela manhã. Tentaremos conciliar. Na sexta-feira, já é uma situação mais complicada. E, aí, nós vamos nos adequando e vendo se será necessário, realmente, ser semanal ou se será necessário ser quinzenal. Como, no caso de ser semanal, nós estamos aqui toda semana, também é uma questão para se discutir.

Mas há a proposta, e aqui eu vi algumas iniciativas, de termos um espaço lá no Estado do Rio de Janeiro. Eu ouvi algumas sugestões, como a OAB, a FIRJAN e outras entidades, mas eu entendo que, como nós somos um Parlamento, nós temos que buscar identidade com os nossos Parlamentos, seja a Assembleia Legislativa, seja, se for no Rio de Janeiro, a própria Câmara dos Vereadores.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Com certeza. O Presidente vai estar aqui amanhã? O Presidente vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Nós temos até um 2º Secretário aqui. Eu estou dizendo isso mais por uma questão de mobilidade. É claro que a intervenção é no Estado todo, nós vamos levantar essa característica. Num primeiro momento, viu, Deputado Molon, na lógica que eu acho que muitos entenderam, que



eu acho que seja extremamente válida, nós temos que ocupar um espaço que seja neutro, que seja plural, que é a característica da Comissão e é a característica da nossa bancada. E, aí, nós vamos estabelecendo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há até uma salinha lá nas Comissões.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Quero só fazer uma pergunta. Do ponto de vista da localização, da facilidade de acesso, eu acho que a Câmara é excelente. A minha única dúvida é a seguinte: nós teremos lá um espaço para a Comissão Externa da Câmara? E por que eu pergunto isso? Vamos imaginar essa reunião com o General Braga Netto. Nós vamos tratar de temas sensíveis, alguns dos quais sigilosos. O meu temor é estarmos em um lugar e, sendo recebidos por uma Casa Legislativa, qualquer que seja, não termos o controle sobre a entrada ou saída da sala. O General vai apresentar o planejamento e, por exemplo, se nós o pedirmos por escrito, eu imagino que o General vá mandar algumas coisas, e outras ele vá querer dizer a portas fechadas.

Então, eu acho que é ideal um local público. A minha única preocupação é, sendo em uma Casa Legislativa, o quanto vamos conseguir, até para não sermos indelicados com quem nos recebe, controlar o acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu tenho uma sugestão a fazer, Deputado Molon. Nós vamos apurando. Mas, na realidade, a reunião com o General Braga Netto será uma reunião restrita aos Parlamentares. Tem que ser restrita aos Parlamentares, como já fizemos com o Ministro Jungmann em algumas oportunidades, bastante restrita. Depois, ela poderá ser desdobrada em outros aspectos, até porque eu tenho dúvidas e, aí, eu acho que nós podemos também desenhar se, nessa reunião com o General Braga Netto, deverão estar presentes também o novo Chefe de Polícia, o novo Comandante da PM e a perícia, porque esse é o conjunto. Ele é o interventor, ele, praticamente, é o Governador para a área de segurança.

Então, eu compreendo perfeitamente o que você traz aqui como preocupação, e, é óbvio, eu procuro que seja um espaço legislativo, que haja um Parlamento, porque é no Parlamento que nós temos identidade. E, é óbvio, é uma questão de modulação nossa a abertura ou não desse espaço.



A Câmara é bastante plural também, tem espaço, e nós poderemos definir. Pode também ser na ALERJ. Acho que podemos fazer uma discussão mais amiúde sobre isso.

Mas outro assunto é que nós também possamos definir aqui na Câmara uma data. Podemos fazer as nossas reuniões na terça-feira à noite? Esse é o melhor? De manhã, eu já acho mais complexo. Na quarta-feira de manhã, é muito complexo, não dá para fazer. Eu entendo que, se tivermos que nos reunir, poderá ser na terça-feira à tarde ou na terça-feira à noite. Ficaria assim: as reuniões que nós tivermos que fazer aqui na Câmara, a oitiva dos consultores, a oitiva do TCU e do Observatório, nós faremos, preferencialmente, às terças-feiras na parte da tarde, ou à noite, que é o horário a que a bancada já se acostumou. Eu acho que podemos criar uma rotina para que possamos agilizar — obviamente, havendo demanda.

Eu sugiro que, na semana que vem, quando será a nossa próxima reunião — a não ser que haja algum acontecimento extraordinário —, nós possamos fazer, aí, sim, com o Observatório Legislativo e também, se for o caso, com os consultores do TCU, para tentarmos unificar aqui a linguagem deles, a nossa linguagem enquanto Parlamento e, obviamente, a do TCU, que é também um órgão do próprio Legislativo.

Eu acho que o nosso primeiro objetivo na próxima semana poderia ser esse: tentar equilibrar, equalizar os discursos, as discussões, internamente. E, obviamente, se conseguirmos, se o General marcar na sexta-feira ou na segunda-feira, nós estaremos lá. O que eu quero deixar claro...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Deputado Hugo, tenho uma dúvida. Desculpe. V.Exa. havia nos mandado um aviso de uma possível agenda nesta sexta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Eu vou falar exatamente sobre isso. Na sexta-feira, o Ministro Raul Jungmann, que é o Ministro Extraordinário da Segurança Pública, estará no Rio, em reunião com o General Braga Netto. O Ministro abriu a agenda dele, deixou-a disponível para nós estarmos com ele, não com o General Braga Netto, eu não fiz essa sintonia. Se pudermos fazer isso tudo, será melhor, faremos tudo de uma vez. Mas não depende de mim, depende da agenda dele. Eu fiz essa interlocução lá no gabinete do interventor, eu já fiz essa



sugestão. Se puder, ótimo. Como já está previamente agendada com o Ministro Jungmann essa possibilidade de nos encontrarmos na sexta-feira, se pudermos conciliar tudo, ótimo, já é oportuno.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Já temos alguma ideia de horário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Na parte da tarde. Ele vai se reunir com o grupamento, com os comandos, na parte da manhã, e a intenção é que seja na parte da tarde. Acho que amanhã, até meio-dia, 1 hora da tarde, já teremos alguma informação. Eu comunicarei tanto à bancada quanto aos membros da Comissão, que acabam sendo os mesmos.

A Deputada Laura Carneiro vai fazer só um resumo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero só ver se não faltou nada. A ideia era, então, na ordem: o General, mais o General Richard e, em consequência disso, o chefe de polícia, o comandante da PM e o pessoal da perícia, como sugeriram os Deputados Wadih e Molon. Aí, passaríamos para a segunda fase, que seria tanto o Ministro Carreiro, Presidente do Tribunal, o Ministro e os seus técnicos, quanto o Observatório. Terceiro, trataríamos da questão... Eu não sei qual é a ordem. Acho que tudo depende do que ouvirmos no planejamento, para ser efetiva a Comissão. Senão, não adianta. Enfim, em terceiro, ou como terceira banda, pelo menos, a OAB, a Defensoria Pública, os fóruns sugeridos pelas Deputadas Jandira e Benedita...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Por mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...e por V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O CESEC também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É porque isso está dentro do Fórum da Diversidade. Por isso eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deixe-me fazer uma outra lembrança também. Existe um trabalho conjunto, e é importante que nós possamos acompanhar, da AGU com a PGE, e eles estão monitorando exatamente algum tipo de excesso, alguma coisa... De quem é a responsabilidade, se houver algum fato nesse sentido? Da Polícia Militar ou do soldado do Exército? Então, o trabalho é comum, da AGU, Advocacia-Geral da União, e da PGE. É muito importante que seja



assim, até para poder facilitar. Eu imagino que os Ministérios Públicos, tanto o Federal quando o Estadual, também possam trabalhar, porque nós estamos vivendo uma situação inédita. Ninguém pode falar o que vai acontecer, porque nós não temos nem parâmetro, porque nunca aconteceu. É uma intervenção federal, ou seja, podem acionar a AGU por um fato ou o Estado. Mas, de qualquer forma, o Estado continua tendo a sua circunstância constitucional.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deixe-me só terminar. Então, há ainda os centros de tecnologia sugeridos pelo Deputado Pedro Paulo e, depois, os Ministros do Desenvolvimento Social, dos Direitos Humanos, da Segurança, que acho que, eventualmente, vamos fazer logo no começo, junto com o General. Há ainda a sugestão de ouvirmos a PF, a PRF, e, aí, eu acho que temos que ouvir a PFF e temos que ouvir também a Guarda Portuária, que acabou de fazer aquela apreensão de uma tonelada e meia. Foi feita no porto, com o trabalho da Guarda Portuária. Temos que ouvir a Associação das Guardas Municipais. *(Pausa.)* Bom, acho que tudo foi dito.

Por outro lado, temos que tentar conseguir esses documentos ou auxiliar, através da tecnologia de informação, para que os documentos todos sejam acessados lá pelo General.

Finalizando, há a proposta do Deputado Glauber, que vai fazê-la por escrito, da transparência das GLOs, especialmente na questão da Maré e das Olimpíadas, que, aliás, já consta do nosso relatório de aprovação da intervenção. Consta tanto isso quanto a questão do financiamento. E o que hoje está sendo discutido pela AGU e pela PGE também consta em uma indicação. Mas, enfim...

Agora, o que eu acho que vai ser difícil — o Deputado Glauber não está, mas o Deputado Chico vai passar pra ele — é essa documentação do Planejamento. Eu duvido que ele possa disponibilizar um documento.

Eu faço a sugestão. Amanhã o Deputado Jorge Felipe, Presidente da Câmara, chega. Eu acho que é uma boa ideia. Podemos explicar claramente, e eles não são crianças. Os Vereadores da Câmara do Rio sabem exatamente as limitações que nós temos como Parlamento Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - A cessão de espaço.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A cessão de espaço. Há uma sala de comissões que é bem razoável, uma mesa gigante. É um espaço pouco utilizado, porque eles têm outros espaços na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Isso V.Exas. conhecem muito mais do que eu, V.Exa. e o Deputado Chico. O Deputado Molon não conhece, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu conheço bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - V.Exa. e o Deputado Chico conhecem bem. O Deputado Indio também conhece bem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu e o Deputado Chico conhecemos bem, com honras — eu, o Deputado Chico, e aí vem um monte que conhece. Mas, enfim, há uma sala... Na época do Deputado Chico, não havia, não. Era a Liderança do PDT naquela época, que era a Liderança do Governo. Mas é uma sala bem grande, razoável. Hoje não há mais mesas, é só uma mesa de reunião, com muitas cadeiras, e há um auditoriozinho ao lado. Enfim, eu acho que pode ser um espaço bem interessante para ocuparmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Vamos avaliar.

Nada mais havendo a tratar, eu vou convocar uma nova reunião ordinária para o dia 13 de março, próxima terça-feira, em plenário a ser definido, no horário das 18 horas.

Está encerrada a reunião.